



SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL - PECA

VERSÃO PARA MOBILIZADORES

Público

NÃO FORMAL

MÓDULO 11b

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	3
3. GLOSSÁRIO	4
4. PROBLEMATIZAÇÃO	4
5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS	5
6. TEXTOS/ ROTEIROS DE LEITURA	6
7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA	9
8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS	15
9. RESULTADOS ESPERADOS	13
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	13
11. PROPOSTAS PARA INTERAÇÕES ENTRE MÓDULOS	13
12. ATIVIDADES PARA OUTROS PÚBLICOS	14
13. REFERÊNCIAS	14
REPORTAGEM TEXTO 1	16
REPORTAGEM TEXTO 2	17
REPORTAGEM TEXTO 3	18

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO – 11b

TEMA: (XI) Financiamento, Infraestrutura e Políticas Públicas

TÓPICO: Prioridades econômicas e acesso à água

MÓDULO: INVESTIMENTO EM ÁGUA DEVERIA SER PRIORIDADE (NF, 11b)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei 9.433/97, mais conhecida como “Lei das Águas” (BRASIL, 2008). O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos ocorre na forma de instituições que têm em suas composições a participação de diversos setores da sociedade apontando, portanto, como objetivo maior, a gestão descentralizada do uso da água, pela qual todos têm o direito constitucionalmente garantido de participar das negociações e das tomadas de decisões. Este sistema tem por objetivos: I – coordenar a gestão integrada das águas; II – arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos; III – implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; IV – planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos; e V – promover a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A Política Nacional de Recursos Hídricos cria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Este conjunto de políticas públicas e de propostas de ações que ajudam a promover intervenções pertinentes com foco na melhoria da qualidade de vida são os norteadores das prioridades para acesso de todos à água. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 16 (ODS 16) apresenta como meta promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Desta forma, o conhecimento do conjunto de leis que rege o sistema de gestão de recursos hídricos, bem como das instituições que o compõem são ferramentas imprescindíveis para o incentivo à construção de uma sociedade

mais justa e compromissada com as premissas da sustentabilidade do desenvolvimento, o qual deve estar alicerçado em organizações íntegras e robustas.

Como aportes financeiros que se destinam a dar suporte à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos têm-se os fundos de créditos oferecidos pelos bancos (estaduais e privados) para financiamento de obras hidráulicas e estruturantes (drenagem, saneamento, canalizações, etc.) e o FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) que apoia a execução de programas e projetos voltados à área hídrica.

3. GLOSSÁRIO

PRESERVAÇÃO: proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário. Já a conservação contempla o amor à natureza, mas aliado ao uso racional e manejo adequado dos recursos naturais pelo homem.

OUTORGA: outorga de direito de uso dos recursos hídricos representa um instrumento através do qual o Poder Público autoriza, concede ou permite ao usuário fazer o uso deste bem público.

4. PROBLEMATIZAÇÃO

O acesso ao abastecimento de água e saneamento deve ser visto como prioridade e implementação de Políticas Públicas, com acesso a financiamentos e infraestrutura, juntamente com a gestão do sistema hídrico, corrobora para que a população e diferentes setores da sociedade tenham acesso a esses recursos.

Há muitas ações a serem realizadas para a universalização do saneamento, o Brasil detém uma boa legislação relacionada às águas (Lei Federal nº 9.433, de 08/01/97), o que se faz necessário é um maior e melhor direcionamento de recursos e incentivos fiscais para ampliar a infraestrutura relacionada ao saneamento (o que pode ser feito por meio de integração entre estados e municípios, parcerias público-privadas), bem como o investimento em tecnologias para melhor aproveitamento e para o uso consciente da água tanto

para abastecimento, como na indústria, agropecuária, transporte até os depósitos de rejeitos.

5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Este Módulo é fundado em três textos:

Texto 1 - **“Pela primeira vez, Descoberto fica abaixo dos 30%”**.

Texto 2 - **“Sem investimento e sem água”**.

Texto 3 - **“Regime especial de incentivos para o saneamento básico”**.

6. TEXTOS/ROTEIROS DE LEITURA

A seguir constam as perguntas orientadas de leitura de cada texto.

Texto 1: **“Pela primeira vez, Descoberto fica abaixo dos 30%”**.

Fonte: Correio Braziliense

Autoras: Roberta Pinheiro e Flávia Maia

Data de publicação: 14 de outubro de 2016

Resumo: “O nível de água do reservatório caiu para 29,37% o que aumenta possibilidade de cobrança de tarifa mais cara na conta do consumidor. Chuvas estão previstas para a próxima semana.”

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

- 1. Com a baixa no nível de reservatórios do Distrito Federal e mediante o elevado nível de consumo da população, foi instituída a “tarifa de contingência” de forma a continuar permitindo o acesso de todos à água. O que é e qual sua função?**
- 2. Será a “tarifa de contingência” uma alternativa que realmente resolve a questão da crise hídrica?**
- 3. A escassez hídrica interfere diretamente no acesso de produtores agrícolas à água, de que forma?**

Texto 2: **“Sem investimento e sem água”**.



Fonte: Correio Braziliense

Autora: Flávia Maia

Data de publicação: 28 de outubro de 2016

Resumo: “Nas últimas décadas, apenas pequenas barragens e poços foram construídos na capital. O principal reservatório, o do Descoberto, existe a 42 anos, quando o DF tinha 500 mil habitantes, e hoje opera no limite. Obras urgentes continuam a passos lentos. “

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

1. ***“Nas últimas décadas apenas pequenas construções de barragens e de poços foram feitas para socorrer novos conjuntos habitacionais ... e reforçar o abastecimento em locais com explosão demográfica”, que outras ações de financiamento ou Política Pública devem ser feitas para garantir o acesso à água?***
2. **Quais as implicações, quando a alternativa é realizar a captação de água em sistemas mais distantes de onde o uso será realizado?**

Texto 3: **“Regime especial de incentivos para o saneamento básico”.**

Fonte: Valor Econômico

Autor: Julio Bittencourt

Data de publicação: 19 de agosto de 2016

Resumo: “Gargalos do setor são bem conhecidos, sobretudo os de natureza regulatória. “

“Senado, em julho, aprovou e enviou à sanção presidencial projeto que altera a lei de diretrizes nacionais para o saneamento (Lei nº 11.445 de 2007), para criar incentivos tributários e investimentos na área. “

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

- 1. Por meio da Lei 13.329/16, o Governo Federal criou incentivos tributários para obras de saneamento, com a finalidade de aumentar o serviço em todo país. Quais as vantagens de tal iniciativa?**
- 2. Este tipo de iniciativa realmente vai permitir que as comunidades prioritárias tenham acesso ao saneamento? Por quê?**

7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

1. Com a baixa no nível de reservatórios do Distrito Federal e mediante o elevado nível de consumo da população, foi instituída a “tarifa de contingência” de forma a continuar permitindo o acesso de todos à água. O que é e qual sua função?

A Tarifa de Contingência está prevista na Lei Federal do Saneamento Básico (Lei 11.445/07) e corresponde a um acréscimo de valor na conta de água devido à escassez. A tarifa visa diminuir o risco de racionamento quando o reservatório registra 20% de volume e é aplicada para todas as residências e comércios que consomem mais de 10 mil litros por mês. Por meio da tarifa se almeja que haja mais conscientização sobre os padrões de consumo e uso da água e diminuição na quantidade utilizada.

2. Será a “tarifa de contingência” uma alternativa que realmente resolve a questão da crise hídrica?

Esta tarifa é uma das formas do Poder Público em situação de emergência tentar controlar as reservas ainda existentes, ou seja, um paliativo para garantir acesso mínimo à água. Porém ações mais estruturantes como obras e campanhas são extremamente necessárias, paralelas à tarifa para reequilíbrio dos sistemas de abastecimento.

3. A escassez hídrica interfere diretamente no acesso de produtores agrícolas à água, de que forma?

Diante de uma situação de escassez, a legislação (Lei 9.433/97) prevê que a água para abastecimento seja priorizada para uso das comunidades e para matar a sede de animais (“em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”). Dessa forma, atividades agrícolas, passam a ter o recurso diminuído e em alguns casos passam a até a ter o corte temporário de atividades como a irrigação



(fechamento de canais), afetando todo processo produtivo, por meio de perdas parciais e até totais da produção agrícola.

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

1. “*Nas últimas décadas apenas pequenas construções de barragens e de poços foram feitas para socorrer novos conjuntos habitacionais ... e reforçar o abastecimento em locais com explosão demográfica*”, que outras ações de financiamento ou Política Pública devem ser feitas para garantir o acesso à água?

De acordo com o Instituto Trata Brasil (2012), “um dos princípios da Lei nº. 11.445/2007 é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água de qualidade e em quantidade suficientes às suas necessidades”. E ainda estabelece a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento de planejamento para a prestação dos serviços públicos, instituindo a obrigatoriedade de planejar e regular os serviços e os aspectos econômicos, sociais e técnicos da prestação dos serviços.

Dessa forma devem ser liberados mais recursos e priorizados tais investimentos no setor de saneamento para que mais pessoas tenham acesso à água, como obras de melhoria e ampliação nos sistemas já existentes, diminuindo perdas e corrigindo sua dimensão em função do crescimento populacional, a fim de acompanhar a demanda. Também se deve procurar investir em alternativas e tecnologias para melhorar a o acesso à água e políticas educacionais para sensibilizar os usuários em relação ao uso consciente.

2. Quais as implicações, quando a alternativa é realizar a captação de água em sistemas mais distantes de onde o uso será realizado?

Mediante as situações geográficas e ambientais atuais e maior demanda pela água, se tem hoje de propor novos locais de captação, os quais muitas vezes são distantes, o que implica maior investimento de tempo e recursos, bem com gastos secundários, como energia para o funcionamento do sistema. Há ainda implicações futuras sobre sistemas que congregam mais de um município ou estado e de prioridades de uso, como abastecimento, geração de energia etc.

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

1. Por meio da Lei 13.329/16, o Governo Federal criou incentivos tributários para obras de saneamento, com a finalidade de aumentar o serviço em todo país. Quais as vantagens de tal iniciativa?

Por meio de incentivos as prestadoras de serviços de saneamento básico, procuram aumentar o volume de investimentos ao setor, permitindo que mais pessoas tenham acesso desde água potável até a implementação de sistemas de tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos.

São favorecidos os investimentos que contribuam:

- Ao alcance das metas de universalização do abastecimento de água para consumo humano e da coleta e tratamento de esgoto;
- À preservação de áreas de mananciais e de Unidades de Conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água;
- À redução de perdas de água e à ampliação da eficiência dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto;
- À inovação tecnológica.

2. Este tipo de iniciativa realmente vai permitir que as comunidades prioritárias tenham acesso ao saneamento? Por quê?

Para atendimento à legislação, cabe aos Estados e municípios criarem regulações para as desonerações previstas (isenções tributárias) ou formas de captação de recursos para tal. Mas depende principalmente de boa vontade e entendimento de que é vantajoso e lucrativo se investir em saneamento, devido a todos os benefícios ao meio ambiente e saúde proporcionados.

8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS

Mediante situações de escassez e maior demanda para uso da água, pouco se tem feito ainda, devido à falta de incentivos, de recursos financeiros e ao cumprimento de Políticas Públicas, para que todos tenham acesso à água em qualidade e quantidade suficiente às demandas da sociedade e ao tratamento de efluentes.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os participantes verifiquem que a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) almeja a garantia do acesso à água para os múltiplos usos. Mas que para que isso ocorra, fazem-se necessários também investimentos econômicos e na infraestrutura do setor, especialmente para que o acesso seja garantido em períodos adversos.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Apresentar o vídeo “Regiões sem saneamento sofrem com enchentes”, disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/99at89ajv6h1/regioes-sem-saneamento-basico-sofrem-com-enchentes-04021A3270E4A18326?types=A> (duração 2´18´´) e debater sobre a relação entre investimentos em infraestrutura, financiamento e Políticas Públicas para se evitar casos como os abordados pelo vídeo?

11. PROPOSTAS PARA INTERAÇÕES ENTRE MÓDULOS

Outros módulos correlacionados a este tema também podem ser abordados:

2a: Escassez de água, o problema bate à porta

6a: Saneamento básico traz ganhos ambientais e sociais

6b: Saneamento implica em mais saúde

11a: A estruturação do saneamento no Brasil não acompanha as Políticas Públicas do setor

12. ATIVIDADES PARA OUTROS PÚBLICOS

“DECISÕES PARA O USO DA ÁGUA”¹

Procedimentos:

- Simular junto aos participantes uma reunião de um Comitê de Bacia Hidrográfica, dividindo os participantes em 3 grupos: Poder Público, usuários e comunidades.
- Perguntar aos participantes “Qual dos grupos é o mais importante com relação ao uso da água e por quê?”.
- Após a discussão, podem ser sugeridas situações hipotéticas e realizada novamente a pergunta, para se verificar se a prioridade de uso e acesso à água deve ser alterada conforme cada situação. Exemplos de situações: geração de energia; produção de alimentos; produção de bens de consumo; habitação etc.
- Por fim questionar se os resultados satisfazem a todos os grupos e se é possível satisfazer a todos os envolvidos.

13. REFERÊNCIAS

ADASA. Educação Científica e Ambiental. **Desenvolvimento dos Temas e Tópicos para os Módulos do Programa**. C. Gualdani; L. C. Castro (consultoras), 2017, 24p.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹Atividade elaborada com base no “Júri simulado” em: FRANK, Beate (coord. geral). **Caderno do educador ambiental**: Projeto Piava. 2. ed. rev. e ampl. Blumenau: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí/FURB, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Consultoria Jurídica. **Legislação ambiental básica**. Brasília: MMA, UNESCO, 2008.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pela primeira vez Descoberto fica abaixo dos 30%**. Brasília, 14 out. 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. **Sem investimento sem água**. Brasília, 28 out. 2016.

HÜFFNER, A.; ENGEL, B. C. **Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai**: guias para ONGS e Movimentos Sociais. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2011.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Manual do saneamento básico** – Entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **Regime especial de incentivos para o saneamento básico**. São Paulo, 19 ago. 2016.

22 - Cidades • Brasília, sexta-feira, 14 de outubro de 2016 • CORREIO BRAZILIENSE

CRISE HÍDRICA

O nível de água do reservatório caiu para 29,37%, o que aumenta a possibilidade de cobrança de tarifa mais cara na conta do consumidor. Chuvas estão previstas para a próxima semana

Pela 1^o vez, Descoberto fica abaixo dos 30%

ROBERTA PINHEIRO
ESPECIAL PARA O CORREIO
FLAVIA MAIA

Para agravar ainda mais o cenário da crise hídrica do DF, a Barragem do Descoberto atingiu o nível mais baixo da existência do reservatório. Um dos principais mananciais que atende a região fica, pela primeira vez, abaixo de 30%. Segundo medições da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal (Adasa), o nível está em 29,37%, e a expectativa do órgão é que, se o consumo continuar como está e não houver precipitações como previsto, em torno de duas a três semanas começa a vigorar a Tarifa de Contingência, que aumentará a conta de água em até 40%. O custo a mais na fatura visa evitar o racionamento.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), não há previsão para chuvas a curto prazo, o que exigirá mais economia do consumidor. A tendência é que, a partir de 20 de outubro possa haver precipitações isoladas, entretanto, as chuvas de maior volume — essenciais para o abastecimento dos reservatórios — chegam apenas em novembro. "A estação passada foi atípica devido ao forte El Niño, que aconteceu na estação chuvosa passada, entre setembro de 2015 e maio de 2016. Choveu menos do que o normal e foi mais seco. Agora, estamos colhendo os frutos e, para se recompor, levará um certo tempo", explica o meteorologista Manoel Melo.

Há 30 anos, o agricultor Geraldo Galvão, 69 anos, vive em uma chácara perto da Barragem do Descoberto (leia Para saber mais). Planta verduras em geral e, para a irrigação, usa água do condutivado. "Mas nos últimos meses temos passado um sufoco danado. Passamos a irrigar um dia sim, um dia não. O nível do reservatório está muito baixo. Não perdi mais plantação porque parei de plantar para não perder", conta. Segundo ele, essa é a realidade de outros agricultores que optaram por diminuir o cultivo para economizar água.

Medidas

Sem as chuvas, os órgãos ambientais trabalham com a gestão do recurso e na conscientização da população. Entre as medidas, orienta-se, por exemplo, o fechamento de canais agrícolas para irrigação, com obras para evitar perda e a cobrança futura de taxa para quem consumir mais de 10 mil litros. "Já existe uma data prevista para a tarifa. Contudo, se o consumo diminuir e as chuvas aumentarem, ela pode durar pouco tempo. O racionamento é algo mais dis-



A seca é visível na Barragem do Descoberto, um dos principais mananciais do Distrito Federal

Para saber mais

Degradação ambiental

A Barragem do Rio Descoberto foi inaugurada em 1974. Fica às margens da BR-070, rodovia que liga o Plano Piloto a Águas Lindas (GO). Desde o início, as tendências de uso e ocupação do solo na

região indicavam a necessidade de estabelecer mecanismos de controle do processo de degradação ambiental. Em 7 de novembro de 1983, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Descoberto por meio do Decreto nº 88.940/83 do governo federal. A APA do Descoberto abrange as regiões administrativas de Taguatinga, Brasília-Lândia e

Celândia, além do município de Águas Lindas. A criação teve como objetivo garantir maior proteção à Bacia do Rio Descoberto e à represa. Também ficou definida a adoção de uma faixa verde em torno do lago, na qual somente atividades de florestamento e reflorestamento, com características de proteção e conservação de mananciais, seriam permitidas.

Brazília fica sem água

Devido à interrupção no fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília (CEB), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) informa que o abastecimento de água também será interrompido no próximo domingo, 18 de outubro, das 7h30 às 19h, em Brasília, nos seguintes locais: Vila São José, quadras 33 a 38, 45 a 46, 55 a 58, AE 1 a 4; Bairro Veredas, nas quadras 3 a 6; Setor Norte, na SNO AE 2 a AE 6, além das quadras 2 e 12, PM e cemitério. Em caso de dúvidas, a população pode ligar para o número 115.



O nível baixo do reservatório atrapalha os produtores agrícolas da região

ta e envolve outros fatores. A ideia é que a taxa exerça o papel de diminuir os níveis de consumo, o que é um benefício para o usuário, pois vai melhorar os hábitos de consumo e evitar o racionamento", explica o regulador de serviços públicos da Ad-

sa, Leandro Oliveira. As normas da cobrança adicional foram publicadas na última segunda-feira no Diário Oficial do DF. A taxa será aplicada para as residências que ultrapassarem o consumo mensal de 10 mil litros. O valor adicional virá discrimi-

MAUS-TRATOS AÇÃO CONTRA ESCOLA

O Centro Educacional Ipê, de Águas Claras, é alvo de uma ação civil pública movida pela promotora Márcia Pereira da Rocha, da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). No processo, ela pede que a instituição de ensino seja condenada a indenizar em R\$ 500 mil, por danos morais e coletivos pelos maus-tratos praticados contra alunos da escola. Caso o juiz da Vara da Infância e Juventude aceite a denúncia e a escola seja condenada, o dinheiro será doado a uma instituição da rede pública de Taguatinga. Durante todo o dia, a reportagem tentou falar com o advogado e com os proprietários da escola, mas eles não retornaram as ligações até o fechamento desta nota.

IPVA 40% DA FROTA ILEGAL

Novo levantamento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) aponta que mais de 657 mil proprietários de veículos não estão com o licenciamento do veículo em dia. Cerca de 40% do total. Os motoristas que forem flagrados sem o certificado de 2016 estão sujeitos a multa de R\$ 200, ter o veículo apreendido e receber sete pontos na carteira. Os postos do Detran-DF nas unidades de Hora fazem apenas o serviço de impressão do CRV, de modo a atender os que estão atrasados com a obrigação. Quem ainda não está com o certificado de 2016 também pode emitir os boletins pelo site do órgão e pagar em canais eletrônicos, por meio de aplicativos dos bancos para celulares ou em caixas eletrônicas.

ESPAÇO RENATO RUSSO VOLTA EM 2017

Após mais de dois anos de portas fechadas, o Espaço Cultural Renato Russo, na SOB Sul, recebeu uma previsão de reinauguração para junho de 2017. A obra foi orçada em R\$ 5,6 milhões e será paga com recursos da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Termaço). O local é composto por teatro, sala multiuso, salas de ensaio, galpão de artes, biblioteca, mezanino para exposição, biblioteca, museu, galerias de arte, escritórios e estúdio de rádio. Estão previstas reparação da estrutura predial, reforma das salas e do teatro, revisão de toda a instalação hidráulica e elétrica, instalação de elevador e criação de acessos que permitam a pessoas com deficiência chegarem aos dois pavimentos do prédio, além da construção de um memorial em homenagem a Renato Russo.



SEGURANÇA PÚBLICA MORTE QUESTIONADA

Uma família quer saber os motivos da morte de um homem, de 38 anos, que estava preso no Centro de Detenção Provisória (CDP). Reginaldo dos Santos Ferreira encontrava-se dentro desde 16 de agosto último, acusado de tráfico de drogas. Em 4 de setembro, ele teria passado mal e foi encaminhado ao Hospital Regional da Asa Norte (Hran), onde morreu. A mulher de Reginaldo, Ingrid Aragão, 26, foi notificada no dia seguinte, quando ela se dirigiu à unidade de saúde. Lá, a mulher recebeu a informação de que a causa da morte havia sido natural. Porém, quando viu o corpo do marido, Ingrid teve uma surpresa. "Ele estava em local totalmente inadequado, em cima de uma maca, e ainda, com os braços e os dentes quebrados. Quero saber, de fato, qual o motivo da morte do meu marido". O Cordeço questionou a Polícia Civil sobre o estado de decomposição do corpo, local de armazenamento e possível investigação do caso. Até o fechamento desta edição, a corporação não havia se pronunciado.

TRÂNSITO BÊBADO NOVAMENTE

Um motorista do Sudoeste, autuado nove vezes por dirigir alcoolizado nos últimos 10 anos, foi abordado pelo Departamento de Trânsito (Detran) perto do Carrefour Norte, teve a CNH recolhida, e o carro, apreendido. O homem, de 63 anos, está na lista dos 119 condutores mais flagrados dirigindo alcoolizados no Distrito Federal na última década. O motorista foi localizado por volta das 18h30 de ontem, por meio da Operação Cartas Marcadas, do Detran. Ele vinha sendo monitorado pelos agentes havia uma semana. A ação acabou desastrosamente porque, apesar de ele estar com a habilitação motorista suspensa há cinco anos, ele não apareceu na autarquia para entregar o documento e cumprir a punição, conforme determina a lei. Agora, ele vai responder a um processo administrativo de cassação da CNH. Se isso acontecer, ele terá de cumprir dois anos de punição e, depois, recomparar do zero o processo para obter nova carteira de motorista.

MISSA POR UM ANO DE FALECIMENTO CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA

★ 28/07/1932 † 15/10/2015

Sua esposa Joseita, as filhas Patrícia e Renata, o netinho João Carlos, os irmãos Renato e Gláucia convidam os parentes e amigos para a **missa de um ano de seu falecimento**, deixando entre nós, com sua ausência física, um vazio que somente a fé e as orações nos dão forças para suportar. **Data - 15/10/2016 - 18:00 horas. Local - Igreja de Santo Expedito e São Miguel Arcanjo. Endereço - Entrequadras SQN 303/304 - Asa Norte.** Antecipadamente agradecemos a todos que comparecerem a este ato de fé ou que, de onde estiverem, orem por ele.

DILSON DE CARVALHO

10 ANOS DE SAUDADES

Lamentações de Jeremias 2:21
'Quero trazer à memória o que me pode dar esperança'

Pedimos aos amigos que dediquem uma prece, neste dia, a todos os amigos que marcaram vossas vidas.

O amor que nos une é maior do que a distância que nos separa.

Rosete, Rodrigo, Fabiano, Luis Filipe, Caio Andre, Alexandre, Pedro Gabriel, Rafael, Mariana e Luísa Ramos de Carvalho.

26 • Cidades • Brasília, sexta-feira, 28 de outubro de 2016 • CORREIO BRASILEIRO

Crônica da Cidade

por Severino Francisco >>> severino@repositorio.cobab.com.br

Memória e cultura

A crônica e o ensaio são dois gêneros que, em alguns momentos, se tocam, se entrelaçam e se entrecruzam para, em seguida, tomar rumos diferentes. Ambos partilham a liberdade do verso, embora o ensaio tenha uma mira mais teórica e crítica. Em *Memória e patrimônio* (Verbeno Editora), o arquiteto e urbanista Luiz Philippe Torelly desliza com liberdade pelos dois territórios, que, apesar de separados em seções, se espelham, contrastam e conversam entre eles.

Não pretende se dirigir apenas aos colegas de academia, mas falar a linguagem coloquial de todos os mortais. Torelly escolheu duas epígrafes para o livro: uma do filósofo Aristóteles e outra do escritor Rodrigo de Melo Franco de Andrade, o criador do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico). É a de Aristóteles que se adequa mais às crônicas: "A memória é a escrita da alma". A primeira parte contempla a memória. O Dia D para o carioca Torelly foi o da mudança do Rio de Janeiro para Brasília, quando ele tinha 6 anos de idade. A mãe amava o Rio de Janeiro e o pai apostava na aventura da capital modernista de JK. O descendente de indios Billy Blanco fazia sucesso nas emissoras de rádio com

Não vou pra Brasília. "Não vou pra Brasília. Não vou ter indio nem nada. Não tenho a orelha furada". Mas Brasília reservava muitas surpresas para quem nunca havia saído do Rio de Janeiro: "Quem parte do Rio, com sua moldura de montanhas, tendo à frente um Pão de Açúcar de granito, se depara com o horizonte sem-fim do planalto, onde o azul do céu se encontra no infinito com o verde retorcido do cerrado, jamais pode esquecer", escreve Torelly. Todos tinham vindo para voltar, mas ficaram, pois a aventura de Brasília venceu a comodidade quatrocentona do Rio de Janeiro. Torelly não concebe a arquitetura em um campo técnico isolado. O que lhe imprime sentido é a apropriação e a

marca humana: "As casas, sem seus moradores, são seres inanimados. O passar do tempo e das gerações, os nascimentos, casamentos, separações, mortes, brigas, celebrações, os saberes e os falares é que lhes conferem uma pátria, uma alma, nem sempre imortal". A parte de ensaios estabelece um diálogo sutil com a de crônicas. O barroco, o modernismo, Mário de Andrade, Aklejdinho, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e o desenvolvimento sustentável são temas abordados. A visão modernista de patrimônio de Mário de Andrade é enfatizada como visionária, pois criou meios de proteção e, ao mesmo tempo, transcendeu os bens em "pedra e cal". Anteviu a visão de cultura como patrimônio

inaterial, cultural, espiritual. Torelly toma o parâmetro da cultura sobre o econômico não em voga e recorre a Celso Furtado, para quem, se o objetivo do desenvolvimento é enriquecer a vida dos homens, "a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre as demais". Como se vê, embora magrinha, o livro é saboroso e rico em sugestões. A segunda epígrafe escolhida, de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, desvela o projeto de Torelly: "Só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de história do país: a educação popular". *Memória e patrimônio* será lançado, amanhã, às 18h30, na Banca 308 da Conceição, na Bienal Brasil do Livro e da Leitura.

CRISE HÍDRICA / Nas últimas décadas, apenas pequenas barragens e poços foram construídos na capital. O principal reservatório, o do Descoberto, existe há 42 anos, quando o DF tinha 500 mil habitantes, e hoje opera no limite. Obras urgentes continuam a passos lentos

Sem investimento e sem água

FLÁVIA MAIA

A mais drástica crise hídrica vivida pelo Distrito Federal traz o alerta sobre a urgência de pensar políticas a longo prazo para o abastecimento — estratégia que vem sendo pouco utilizada na capital do país. O principal reservatório da cidade, a Barragem do Descoberto, tem 42 anos, quando Brasília tinha pouco mais de 500 mil habitantes. Atualmente são quase 3 milhões. É a última obra de médio porte para captação de água foi inaugurada em 2000, há 16 anos, no Pipiripau, em Planaltina. Ontem, o nível do Descoberto chegou a 23,7%, Resolução da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa) prevê o início de racionamento de água, caso o índice fique abaixo dos 20%.

Nas últimas décadas, apenas pequenas construtoras de barragens e de poços foram feitas para socorrer novos conjuntos habitacionais, como o Paranoá Parque, e reforçar o abastecimento em locais com explosão demográfica, como a região de Sobradinho I e II, Fercal e o Bairro Taquari. Projetos de maior fôlego propostos pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb), como a captação no Lago Paranoá, sequer têm o recurso disponível, e Corumbá IV caminha a passos lentos desde o seu anúncio, em 2003 (veja quadro). Essas duas obras, somadas à do Bananal, podem aumentar em 57,8% a produção de água potável. Hoje, a capacidade máxima diária é de 9,3 mil litros por segundo. Os três sistemas, quando implantados em sua totalidade, podem acrescentar mais 5,5 mil litros à vazão por dia. Esse in-

cremento deve garantir a segurança hídrica até 2050, prevê a Caesb. O que preocupa os especialistas é que o aumento do consumo local cresce desproporcional à agilidade do governo em buscar alternativas para o serviço de água potável. As soluções propostas esbarram na morosidade e na falta de recursos para a execução. Enquanto isso, diante da estiagem, a saída de emergência para frear a baixa nos reservatórios foi instituir a taxa extra na fatura de água. A solução pode ter efeito temporário, mas não resolve o cerne da questão.

Para o doutor em química analítica e ambiental da Universidade de Brasília (UnB) Geraldo Resende Boaventura, a tarifa está prevista em lei, por isso não pode ser avaliada como negativa ou positiva. "Entretanto, o que deve ser discutido é a forma que poderia ter sido implantada uma política de longo prazo, uma orientação de menor consumo ou a criação de uma alternativa, como o Lago Paranoá ou Corumbá."

"Não teve nenhum investimento significativo por parte da empresa em 15 anos. Foi um pouco aqui, outro acolá, remediando casos específicos. Isso não resolve. O fato alarmante é que a demanda está atingindo a oferta", analisa Henrique Leite Chaves, professor de manejo de bacias hidrográficas da UnB. Atualmente, a Caesb trabalha no limite da produção. São 9,5 mil litros por segundo por dia para um consumo de 9,2 mil litros por segundo.

A própria Caesb admite que há déficit de planejamento e ressalta que pretende correr atrás do prejuízo dos anos sem investimento necessário. "A demanda aumentou e não foi acompanha-

Os projetos

Helio Andrade/Inf. Sup. O3/DA/Press - 8/2/18



Lago Paranoá

- Aumento de 22,1% na oferta diária de água
- Previsão de entrega: novembro de 2019
- Valor: R\$ 477 milhões
- Status: projeto básico concluído / recursos não garantidos / licença prévia ambiental

Estelion Rodrigues/O3/DA/Press - 7/4/12



Bananal

- Aumenta de 5,2% na oferta diária de água
- Previsão de entrega: novembro de 2017
- Valor: R\$ 20 milhões
- Status: obra em execução / projeto básico concluído / licença ambiental de instalação / não há previsão para licitação das obras

Guilherme Moreno/O3/DA/Press - 26/1/14



Corumbá

- Aumento de 29,4% na oferta diária de água
- Previsão de entrega: julho de 2018
- Valor: R\$ 275 milhões por parte da Caesb (há uma parcela da Saneago)
- Status: execução da obra

Escolhas

Na opinião de especialistas, um erro de gestão foi apostar em poucas fontes de captação. O primeiro reservatório foi o de Santa Maria, em seguida, construiu-se a Barragem do Descoberto, na década de

1970. Desde então, os dois são responsáveis majoritários pelo abastecimento. O mesmo problema ocorreu em São Paulo, com a extrema dependência do Sistema Cantareira, na crise hídrica de 2014-2015. Na tentativa de diversificar a produção de água potável, a Caesb

propõe novos locais de captação, entretanto, as obras estão atrasadas, consomem mais dinheiro que o previsto e nem todas têm os recursos disponíveis. Corumbá, por exemplo, vai atrasar novamente. Embora esteja em execução, o prazo de entrega foi dilatado, assim como os gastos. Em fevereiro de 2015, a Caesb informou ao Correio que parte da estrutura seria entregue em 2017. Entretanto, de lá para cá, os recursos aumentaram em R\$ 13 milhões e a entrega de parte da obra foi jogada para julho de 2018. Na análise do professor Henrique Chaves, da UnB, Corumbá não é uma boa aposta. A começar pelos custos. Como o lago é distante, a obra é morosa e cara, exigindo muita estrutura de adutoras e gasto de energia elétrica para dar vazão ao líquido. Outra questão é o fato de a obra ser interestadual, o que pode gerar problemas futuros, como ocorreu com o consórcio firmado entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo que acabou chegando ao Supremo Tribunal Federal. "Era possível que o DF resolvesse a questão hídrica dentro de seu próprio território, sem precisar pegar água em outra unidade da Federação", afirma. Além disso, o objetivo do lago é para energia elétrica, não abastecimento. "São duas turbinas prontas, apenas uma está em funcionamento, por causa do baixo volume do reservatório. Isso porque ainda não começou o abastecimento", complementa Henrique.

A captação no Lago Paranoá esbarra ainda na falta de recursos. Segundo Ludovicke, como o Brasil passa por uma crise financeira, há mais dificuldades para se conseguir empréstimos. Henrique Chaves ressalta ainda a questão da pureza da água, pela existência de duas estações de tratamento de água (ETE) no lago. "A água do DF sempre foi de altíssimo nível. Com a existência das ETEs, há um pequeno risco de alguns compostos químicos residuais permanecerem, como o hormônio estrogênio", alerta. Para Henrique, uma saída seria a construção de uma represa na região do São Bartolomeu, em São Sebastião. Entretanto, Ludovicke adianta que estudos de viabilidade foram realizados e que a captação no Lago Paranoá mostrou-se mais vantajosa.

SAÚDE

Computadores são periciados

OTÁVIO AUGUSTO

No máximo em 15 dias, a Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública (Decrap) quer divulgar laudo pericial com esclarecimentos sobre a sabotagem nos dados do registro de ponto da Secretaria de Saúde. Ontem, investigadores

passaram o dia na sede da pasta, no fim da Asa Norte, vasculharam computadores, colhendo depoimentos, analisando uso de senhas e acessos na plataforma. Os gestores do sistema prestaram depoimento. Informações de 32 mil funcionários foram apagadas há uma semana. Sem referências, não é possível, por

exemplo, pagar horas extras de médicos e enfermeiros. O principal desafio é confirmar se o ataque ocorreu dentro da Secretaria de Saúde ou se houve interferência externa. Policiais recolheram imagens do circuito interno de segurança para identificar as pessoas que estiveram na Subsecretaria de Gestão de Pes-

soas (Sugep) entre quarta e sexta-feira. Os investigadores trabalham para comprovar a materialidade do crime e comprovar se foi um ato intencional. "Dependemos de laudos técnicos. Estamos identificando e analisando os computadores e as senhas de acesso", destaca o delegado-chefe da Decrap, Alexandre Imbarez. Os peritos investigam supostos empréstimos de senha entre servidores. "Não é difícil de constatar. Todo o mecanismo de tecnologia de informação de nossa

A apuração tem de ser feita de forma criteriosa e isso torna o trabalho lento", completa. O Sindicato dos Servidores da Saúde (SindSaúde) divulgou uma nota em que diz ter recebido denúncias sobre a suposta autoria do sumiço dos dados. Segundo o texto, um funcionário do setor, que foi exonerado, esteve na Sugep na semana passada. "Ele teria afirmado que, sem ele, a Secretaria ficaria 'sem ponto'", destaca trecho do texto. A Polícia não comentou as informações.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), que é a promotoria responsável em casos como esse, ainda não recebeu nenhuma sobre o assunto. A Secretaria de Saúde disse, em nota, que aguarda parecer da Polícia Civil e que, caso fique comprovada a participação de algum servidor, todas as medidas cabíveis serão adotadas. A pasta não detalhou quais são as penalidades.

Valor ECONÔMICO

19/08/2016 às 05h00

Regime especial de incentivos para o saneamento básico

Por Helder Rebouças

O Senado, em julho, aprovou e enviou à sanção presidencial projeto¹ que altera a lei de diretrizes nacionais para o saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), para criar incentivos tributários a investimentos na área.

Após veto parcial do presidente da República, foi publicada a Lei nº 13.329, de 1 de agosto de 2016, que rege esse mecanismo de renúncia fiscal. O projeto enviado à sanção acrescentaria três artigos à lei de diretrizes para o saneamento (artigos 54-A, 54-B e 54-C). O artigo 54-A instituiu o regime especial de incentivos, o 54-B definia quais pessoas jurídicas e investimentos seriam contemplados e o 54-C especificava os mecanismos de apuração do referido crédito tributário. Com o veto parcial, excluiu-se o artigo 54-C, sob a justificativa de contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em suma, a lei nº 13.329, de 2016 instituiu o Regime Especial de Incentivos ao Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), para o período 2018-2026, por meio da concessão de créditos do PIS, Pasep e Cofins. São favorecidos os investimentos que contribuam para: 1- o alcance das metas de universalização do abastecimento de água para consumo humano e da coleta e tratamento de esgoto; 2- a preservação de áreas de mananciais e de unidades de conservação; 3- a redução de perdas de água e a ampliação da eficiência dos sistemas de abastecimento para consumo humano e dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto; e 4- a inovação tecnológica. Estão excluídos do Reisb as pessoas jurídicas do Simples Nacional e as que são tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado.

Novos investimentos dependem da sinalização dada pelo Estado no âmbito da regulação, da segurança jurídica

de alteração do modelo de incentivos, influencia o nível de risco dos projetos, sobretudo quanto aos impactos no equilíbrio financeiro de contratos.

O texto da nova norma restou "enxuto", reservando-se à discricionariedade da administração todo o desenho das regras de cálculo e contabilização do crédito tributário, bem como outras condições de acesso ao regime especial. Essa "volatilidade", decorrente da facilidade

de comparação, observe-se que a Lei nº 11.488, de 2007, que criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), tem textura bem mais detalhada o que, obviamente, não se configura em requisito de qualidade da norma.

Aliás, esse regime mais antigo, o Reidi, já prevê incentivos tributários para a implantação de obras de infraestrutura de saneamento básico, cabendo avaliar se não haverá superposição de legislações de incentivos, com incremento dos custos de transação e fragmentação das políticas públicas de saneamento.

No lado fiscal, faz-se necessário apurar os custos e benefícios decorrentes da renúncia do PIS, Pasep e Cofins no Reisb. Estimativas apontam que as desonerações tributárias relacionadas a essas contribuições, destinadas às mais diversas ações, serão da ordem de R\$ 78 bilhões, no exercício financeiro de 2016². Noutro passo, convém examinar se esses incentivos desenhados a

partir da concessão de créditos tributários não distorcem a estrutura tarifária do setor de saneamento básico, que deve refletir os reais custos de operação dos seus serviços.

Notadamente, os "gargalos" do setor de saneamento básico são bem conhecidos, sobretudo os impasses de natureza regulatória, resultando na redução dos investimentos na área e, em consequência, no nível de bem-estar das pessoas. Vamos aos números. Em 2015, a Lei Orçamentária Anual da União (LOA) autorizou despesas de R\$ 2,37 bilhões para o saneamento básico, dos quais somente R\$ 251,7 milhões foram efetivamente pagos, ou seja, uma execução financeira de pouco mais de 10% da programação federal do setor. Já para 2016, a LOA autorizou despesas de R\$ 635,2 milhões para a função saneamento básico, tendo sido executados R\$ 111,7 milhões, até o final de julho deste ano³.



Ocorre que o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) projeta despesas de R\$ 508 bilhões para o período 2014-2033! Na esfera privada, os investimentos em saneamento têm evoluído no período recente, apesar da insuficiência. Em 2007, dos R\$ 8,9 bilhões aplicados em saneamento básico, cerca de 5% vieram do segmento privado,

ao passo que, em 2014, essa participação privada saltou para 20%, num volume total aplicado de R\$ 15,4 bilhões⁴.

O Reib há que ser avaliado ainda à luz da Medida Provisória nº 727, de 2016, que instituiu o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) destinado à ampliação da infraestrutura. Assim, cabe aferir se a concessão de créditos tributários no Reib concorre para "garantir a expansão com qualidade da infraestrutura, com tarifas e preços adequados", "promover a ampla e justa competição na prestação dos serviços", "assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com garantia de mínima intervenção nos negócios e investimentos" e para "fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação", todos objetivos explícitos do PPI lançado pelo atual Governo.

A formação de expectativas para novos investimentos em saneamento básico, depende, em grande parte, das sinalizações dadas pelo Estado, não exclusivamente no campo das desonerações, mas, sobretudo, no âmbito da regulação, da segurança jurídica dos contratos e do desenvolvimento de mecanismos de mercado para a captação de recursos.

1. *Trata-se do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015.*

2. *Ver Demonstrativo de Gastos Tributários PLOA 2016, elaborado pela Receita Federal do Brasil, em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/DGTPLOA2016FINAL.pdf>.*

3. *Segundo dados do Siga Brasil, do Senado.*

4. *Conforme dados do Panorama da participação privada no saneamento Brasil - 2016, da Abcon/Sindcon.*

Helder Rebouças é consultor do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).